

# ***QGEP Participações S.A.***

*Informações Trimestrais - ITR Individual e Consolidada referentes ao Trimestre Findo em 31 de Março de 2012 e Relatório Sobre a Revisão de Informações Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## Índice

### **Dados da Empresa**

Composição do Capital .....	01
-----------------------------	----

### **DFs Individuais**

Balço Patrimonial Ativo .....	02
Balço Patrimonial Passivo .....	02
Demonstração do Resultado .....	03
Demonstração do Fluxo de Caixa .....	04

### **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DMPL – 01/01/2012 à 31/03/2012.....	05
DMPL – 01/01/2011 à 31/03/2011.....	06
Demonstração do Valor Adicionado .....	07

### **DFs Consolidadas**

Balço Patrimonial Ativo .....	08
Balço Patrimonial Passivo .....	09
Demonstração do Resultado.....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa .....	11

### **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DMPL – 01/01/2012 à 31/03/2012.....	12
DMPL – 01/01/2011 à 31/03/2011.....	13
Demonstração do Valor Adicionado .....	14
Notas Explicativas.....	15

### **Parecer**

Relatório de Revisão Especial – Sem Ressalva .....	52
--	----

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

<u>Número de ações</u> (Unidades)	<u>Trimestre atual</u> <u>31/03/2012</u>
Do capital integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	-
Total	265.806.905
Em tesouraria	
Ordinárias	-
Preferenciais	-
Total	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO  
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual 31/03/2012	Exercício anterior 31/12/2011
1	ATIVO TOTAL	<u>2.247.407</u>	<u>2.176.019</u>
1.01	Ativo circulante	5.264	5.521
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	1.829	2.705
1.01.08	Outros ativos circulantes	3.435	2.816
1.01.08.03	Outros	3.435	2.816
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	2.716	2.716
1.01.08.03.03	Prêmios de seguros a amortizar	543	36
1.01.08.03.04	Imposto de renda sobre aplicação financeira	-	64
1.01.08.03.05	Outras despesas	176	-
1.02	Ativo não circulante	2.242.143	2.170.498
1.02.02	Investimentos	2.242.143	2.170.498
1.02.02.01	Participações societárias	2.242.143	2.170.498
1.02.02.01.02	Participações em controladas	2.242.143	2.170.498
2	PASSIVO TOTAL	<u>2.247.407</u>	<u>2.176.019</u>
2.01	Passivo circulante	922	256
2.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	32	32
2.01.01.02	Obrigações trabalhistas	32	32
2.01.02	Fornecedores	852	83
2.01.02.01	Fornecedores nacionais	852	83
2.01.02.01.01	Faturas a pagar	841	0
2.01.02.01.02	Fornecedores materiais e serviços	11	0
2.01.03	Obrigações fiscais	28	28
2.01.03.01	Obrigações fiscais federais	28	28
2.01.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social a pagar	28	28
2.01.05	Outras obrigações	10	113
2.01.05.01.02	Débitos com controladas	10	113
2.03	Patrimônios líquido	2.246.485	2.175.763
2.03.01	Capital social realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de capital	5.207	3.731
2.03.04	Reservas de lucros	93.916	93.916
2.03.04.01	Reserva legal	6.387	6.387
2.03.04.10	Reserva para investimento	87.529	87.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos acumulados	69.246	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO  
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		atual	atual exercício	exercício	exercício
		01/01/2012 à	01/01/2012 à	01/01/2011 à	01/01/2011 à
		31/03/2012	31/03/2012	31/03/2011	31/03//2011
3.04	Despesas/Receitas operacionais	69.236	69.236	13.236	13.236
3.04.02	Despesas gerais e administrativas	(933)	(933)	(510)	(510)
3.04.06	Resultado de equivalência patrimonial	70.169	70.169	13.746	13.746
3.05	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	69.236	69.236	13.236	13.236
3.06	Resultado financeiro	10	10	129	129
3.06.01	Receitas financeiras	63	63	129	129
3.06.02	Despesas financeiras	(53)	(53)	-	-
3.07	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	69.246	69.246	13.365	13.365
3.09	Resultado líquido das operações continuadas	69.246	69.246	13.365	13.365
3.11	Lucro/Prejuízo do período	69.246	69.246	13.365	13.365
3.99	Lucro por ação – (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro básico por ação				
3.99.01.01	ON	0,26	0,26	0,23	0,23
3.99.02	Lucro diluído por ação				
3.99.02.01	ON	0,26	0,26	0,23	0,23

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS/DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO  
INDIRETO  
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Acumulado	Acumulado
		do atual exercício	do exercício anterior
		01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa líquido atividades operacionais	(876)	5.267
6.01.01	Caixa gerado nas operações	(923)	(381)
6.01.01.01	Lucro líquido	69.246	13.365
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	(70.169)	(13.746)
6.01.02	Variações nos ativos e passivos	47	5.648
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-	(2)
6.01.02.02	Outros ativos	(619)	639
6.01.02.03	Fornecedores	769	4.873
6.01.02.04	Impostos a recolher	-	100
6.01.02.05	Partes relacionadas	(103)	30
6.01.02.06	Outros passivos	-	8
6.02	Caixa líquido atividades de investimento	-	(1.462.046)
6.02.01	Adições ao investimento	-	(1.462.046)
6.03	Caixa líquido atividades de financiamento	-	1.457.699
6.03.01	Aumento de capital	-	1.515.079
6.03.02	Custos com emissão de ações	-	(57.380)
6.05	Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(876)	920
6.05.01	Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.705	5.229
6.05.02	Saldo final de caixa e equivalentes	1.829	6.149

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2012 À 31/03/2012  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
5.01	Saldos iniciais	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763
5.03	Saldos iniciais ajustados	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	69.246	-	69.246
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	69.246	-	69.246
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	1.476	-	-	-	1.476
5.06.01	Constituição de reservas	-	1.476	-	-	-	1.476
5.07	Saldos finais	2.078.116	5.207	93.916	69.246	-	2.246.485

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2011 À 31/03/2011  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
5.01	Saldos iniciais	620.417	-	1.886	-	-	622.303
5.03	Saldos iniciais ajustados	620.417	-	1.886	-	-	622.303
5.04	Transações de capital com os sócios	1.457.699	-	-	-	-	1.457.699
5.04.01	Aumentos de capital	1.515.079	-	-	-	-	1.515.079
5.04.02	Gastos com emissão de ações	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	13.365	-	13.365
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	13.365	-	13.365
5.07	Saldos finais	2.078.116	-	1.886	13.365	-	2.093.367

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Acumulado do atual exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</u>	<u>Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</u>
7.02	Insumos adquiridos de terceiros	(489)	(103)
	Materiais, energia, servs. de terceiros e		
7.02.02	outros	(489)	(103)
7.03	Valor adicionado bruto	(489)	(103)
7.05	Valor adicionado líquido produzido	(489)	(103)
7.06	Vlr adicionado recebido em transferência	70.232	13.875
7.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	70.169	13.746
7.06.02	Receitas financeiras	63	129
7.07	Valor adicionado total a distribuir	69.743	13.772
7.08	Distribuição do valor adicionado	69.743	13.772
7.08.01	Pessoal	370	295
7.08.01.01	Remuneração direta	370	295
7.08.02	Impostos, taxas e contribuições	71	99
7.08.02.01	Federais	71	99
7.08.03	Remuneração de capitais de terceiros	56	13
7.08.03.01	Juros	53	-
7.08.03.03	Outras	3	13
7.08.03.03.01	Despesas bancária	3	13
7.08.04	Remuneração de capitais próprios	69.246	13.365
7.08.04.03	Lucros retidos / Prejuízo do período	69.246	13.365

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual</u> <u>31/03/2012</u>	<u>Exercício anterior</u> <u>31/12/2011</u>
1	ATIVO TOTAL	2.527.167	2.729.723
1.01	Ativo circulante	1.024.172	1.258.107
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	815.359	1.021.951
1.01.02	Aplicações financeiras	100.251	130.479
1.01.02.01	Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	100.251	130.479
1.01.02.01.02	Títulos disponíveis para venda	100.251	130.479
1.01.03	Contas a receber	76.838	76.140
1.01.03.01	Clientes	76.838	76.140
1.01.04	Estoques	5.362	5.362
1.01.06	Tributos a recuperar	18.865	20.698
1.01.06.01	Tributos correntes a recuperar	18.865	20.698
1.01.08	Outros ativos circulantes	7.497	3.477
1.01.08.03	Outros	7.497	3.477
1.01.08.03.02	Outros	7.497	3.477
1.02	Ativo não circulante	1.502.995	1.471.616
1.02.01	Ativo realizável a longo prazo	69.558	66.986
1.02.01.02	Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	62.987	60.968
1.02.01.02.01	Títulos matidos até o vencimento	62.987	60.968
1.02.01.06	Tributos diferidos	6.353	5.800
1.02.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.353	5.800
1.02.01.09	Outros ativos não circulantes	218	218
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	167	167
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	51	51
1.02.03	Imobilizado	897.989	869.425
1.02.03.01	Imobilizado em operação	527.751	541.508
1.02.03.03	Imobilizado em andamento	370.238	327.917
1.02.04	Intangível	535.448	535.205
1.02.04.01	Intangíveis	535.448	535.205
1.02.04.01.01	Contrato de concessão	533.763	533.763
1.02.04.01.02	Outros	1.685	1.442

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual</u> <u>31/03/2012</u>	<u>Exercício anterior</u> <u>31/12/2011</u>
2	PASSIVO TOTAL	2.527.167	2.729.723
2.01	Passivo circulante	155.215	395.348
2.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	4.189	1.453
2.01.01.01	Obrigações sociais	425	402
2.01.01.02	Obrigações trabalhistas	3.764	1.051
2.01.02	Fornecedores	46.821	292.547
2.01.02.01	Fornecedores nacionais	46.821	292.547
2.01.02.01.01	Fornecedores	46.821	26.652
2.01.02.01.02	Contas a pagar	-	265.895
2.01.03	Obrigações fiscais	31.285	24.483
2.01.03.01	Obrigações fiscais federais	26.470	19.925
2.01.03.02	Obrigações fiscais estaduais	4.815	4.513
2.01.04	Empréstimo e financiamentos	51.867	51.992
2.01.04.01	Empréstimo e financiamentos	51.867	51.992
2.01.04.01.01	Em moeda nacional	51.867	51.992
2.01.05	Outras obrigações	13.775	18.883
2.01.05.01	Passivos com partes relacionadas	512	500
2.01.05.01.03	Débitos com controladores	512	500
2.01.05.02	Outros	13.263	18.383
2.01.06	Provisões	7.278	6.035
2.01.06.02	Outras provisões	7.278	6.035
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	7.278	6.035
2.02	Passivo não circulante	125.467	158.612
2.02.01	Empréstimos e financiamentos	21.485	51.565
2.02.01.01	Empréstimos e financiamentos	21.485	51.565
2.02.01.01.01	Em moeda nacional	21.485	51.565
2.02.04	Provisões	103.982	107.047
2.02.04.02	Outras provisões	103.982	107.047
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	103.982	107.047
2.03	Patrimônio líquido consolidado	2.246.485	2.175.763
2.03.01	Capital social realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de capital	5.207	3.731
2.03.04	Reservas de lucros	93.916	93.916
2.03.04.01	Reserva legal	6.387	6.387
2.03.04.10	Reserva para investimento	87.529	87.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos acumulados	69.246	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
(Reais Mil)

<u>Código da Conta</u>	<u>Descrição da Conta</u>	<u>Trimestre atual</u> 01/01/2012 à 31/03/2012	<u>Acumulado do atual exercício</u> 01/01/2011 to 03/31/2011	<u>Trimestre do exercício anterior</u> 01/01/2011 to 03/31/2011	<u>Acumulado do exercício anterior</u> 01/01/2011 to 03/31/2011
3.01	Receita de venda de bens e/ou serviços	95.987	95.987	71.101	71.101
3.02	Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(38.317)	(38.317)	(26.891)	(26.891)
3.03	Resultado bruto	57.670	57.670	44.210	44.210
3.04	Despesas/Receitas operacionais	(13.714)	(13.714)	(44.141)	(44.141)
3.04.02	Despesas gerais e administrativas	(10.677)	(10.677)	(29.511)	(29.511)
3.04.04	Outras receitas operacionais	-	-	277	277
3.04.05	Outras despesas operacionais	(3.037)	(3.037)	(14.907)	(14.907)
3.05	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	43.956	43.956	69	69
3.06	Resultado financeiro	39.252	39.252	22.936	22.936
3.06.01	Receitas financeiras	53.177	53.177	28.699	28.699
3.06.02	Despesas financeiras	(13.925)	(13.925)	(5.763)	(5.763)
3.07	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	83.208	83.208	23.005	23.005
3.08	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(13.962)	(13.962)	(9.640)	(9.640)
3.08.01	Corrente	(14.048)	(14.048)	(10.414)	(10.414)
3.08.02	Diferido	86	86	774	774
3.09	Resultado líquido das operações continuadas	69.246	69.246	13.365	13.365
3.11	Lucro/Prejuízo consolidado do período	69.246	69.246	13.365	13.365
3.11.01	Atribuído a sócios da empresa controladora	69.246	69.246	13.365	13.365
3.99	Lucro por ação – (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro básico por ação				
3.99.01.01	ON	0,26	0,26	0,23	0,23
3.99.02	Lucro diluído por ação				
3.99.02.01	ON	0,26	0,26	0,23	0,23
					71.101

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMOSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO  
INDIRETO  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	Acumulado do atual <u>exercício</u> 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do exercício <u>anterior</u> 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa líquido atividades operacionais	55.738	81.642
6.01.01	Caixa gerado nas operações	79.342	51.220
6.01.01.01	Lucro líquido do período	69.246	13.365
6.01.01.02	Amortização e depreciação	17.307	12.962
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(86)	(774)
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	1.941	4.786
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	5	11.690
6.01.01.06	Plano de opção de ação	1.476	-
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.048	10.414
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	1.243	917
6.01.01.09	Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório	(22.773)	-
6.01.01.10	Variação cambial sobre provisão para abandono	(3.065)	(2.140)
6.01.02	Variações nos ativos e passivos	(23.604)	30.422
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	(698)	31.597
6.01.02.02	Impostos a recuperar	1.833	(102)
6.01.02.03	Outros ativos	(4.020)	(4.663)
6.01.02.04	Fornecedores	(8.612)	(1.268)
6.01.02.05	Impostos a recolher	(2.584)	(2.270)
6.01.02.06	Juros pagos	(2.067)	(4.937)
6.01.02.07	Impostos de renda e contribuição social pagos	(5.084)	(7.617)
6.01.02.08	Partes relacionadas	12	1.006
6.01.02.09	Outros passivos	(2.384)	18.676
6.02	Caixa líquido atividades de investimento	(232.251)	(410.313)
6.02.01	Caixa restrito	(2.019)	(14.198)
6.02.02	Aplicações financeiras	30.228	(381.982)
6.02.03	Pagamento de imobilizado	(17.019)	(14.055)
6.02.04	Pagamento de intangível	(243.441)	(78)
6.03	Caixa líquido atividades de financiamento	(30.079)	1.433.920
6.03.01	Aumento de capital	-	1.515.079
6.03.02	Custo com emissão de ações	-	(57.380)
6.03.03	Pagamento de financiamentos	(30.079)	(23.779)
6.05	Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(206.592)	1.105.249
6.05.01	Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.021.951	137.225
6.05.02	Saldo final de caixa e equivalentes	815.359	1.242.474

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2012 À 31/03/2012  
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
5.01	Saldos iniciais	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763	-	2.175.763
5.03	Saldos iniciais ajustados	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763	-	2.175.763
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	69.246	-	69.246	-	69.246
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	69.246	-	69.246	-	69.246
	Mutações internas do								
5.06	patrimônio líquido	-	1.476	-	-	-	1.476	-	1.476
5.06.01	Constituições de reservas	-	1.476	-	-	-	1.476	-	1.476
5.07	Saldos finais	2.078.116	5.207	93.916	69.246	-	2.246.485	-	2.246.485

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL – 01/01/2011 À 31/03/2011  
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
5.01	Saldos iniciais	620.417	-	1.886	-	-	622.303	-	622.303
5.03	Saldos iniciais ajustados	620.417	-	1.886	-	-	622.303	-	622.303
5.04	Transações de capital com os sócios	1.457.699	-	-	-	-	1.457.699	-	1.457.699
5.04.01	Aumentos de capital	1.515.079	-	-	-	-	1.515.079	-	1.515.079
5.04.02	Gastos com emissão de ações	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)	-	(57.380)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	13.365	-	13.365	-	13.365
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	13.365	-	13.365	-	13.365
5.07	Saldos finais	2.078.116	-	1.886	13.365	-	2.093.367	-	2.093.367

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Acumulado do atual exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</u>	<u>Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</u>
7.01	Receitas	170.032	106.003
7.01.01	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	124.232	91.593
7.01.02	Outras receitas	-	277
7.01.03	Receitas refs. à construção de ativos próprios	45.800	14.133
7.02	Insumos adquiridos de terceiros	(67.062)	(41.503)
7.02.01	Custos prods., mercs e servs. vendidos	(15.113)	(21.911)
7.02.02	Materiais, energia, servs, de terceiros e outros	(48.746)	(17.821)
7.02.04	Outros	(3.203)	(1.771)
7.03	Valor adicionado bruto	102.970	64.500
7.04	Retenções	(17.307)	(12.962)
7.04.01	Depreciação, amortização e exaustão	(17.307)	(12.962)
7.05	Valor adicionado líquido produzido	85.663	51.538
7.06	Vlr adicionado recebido em transferência	27.340	26.028
7.06.02	Receitas financeiras	27.340	26.028
7.07	Valor adicionado total a distribuir	113.003	77.566
7.08	Distribuição do valor adicionado	113.003	77.566
7.08.01	Pessoal	6.713	26.058
7.08.01.01	Remuneração direta	6.325	25.772
7.08.01.02	Benefícios	233	212
7.08.01.03	F.G.T.S	155	74
7.08.02	Impostos, taxas e contribuições	48.720	34.846
7.08.02.01	Federais	25.921	18.484
7.08.02.02	Estaduais	13.842	10.400
7.08.02.03	Municipais	8.957	5.962
7.08.03	Remuneração de capital de terceiros	(11.676)	3.297
7.08.03.01	Juros	2.436	5.763
7.08.03.02	Aluguéis	138	150
7.08.03.03	Outras	(14.250)	(2.616)
7.08.04	Remuneração de capitais próprios	69.246	13.365
7.08.04.03	Lucros retidos/ Prejuízo do período	69.246	13.365

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(As informações trimestrais de 31 de março foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 7 de maio de 2012).

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

##### Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de março de 2012, o Grupo apresenta em seu portfólio sete blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu-Almada (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e três na Bacia de Santos (BM-S-12, BM-S-8 e BS-4). Dos blocos citados, a QGEP é operadora do bloco BM-J-2 e os demais são operados pela Petrobras.

A Companhia possui ainda a participação em quatro campos em fase de desenvolvimento e produção. Desses, dois estão situados na Bacia de Camamu-Almada (Manati e Camarão Norte) e dois estão situados na Bacia de Santos (Campos Atlanta e Oliva, antigo BS-4). Dos campos citados, a QGEP é operadora de Atlanta e Oliva e os demais são operados pela Petrobrás.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canaveiras referente ao Bloco BMJ-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração em determinados períodos do ano neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.
- As informações financeiras trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações financeiras trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as informações financeiras trimestrais individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das informações financeiras trimestrais individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas informações consolidadas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

## 2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia e suas controladas. As transações, saldos, receitas e despesas entre partes relacionadas são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas.

### Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir:

	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
	<u>Controle</u>	<u>31/03/2012</u>
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

#### 2.4. Informações do segmento operacional

Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera com um único segmento, exploração e produção (E&P). Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

##### Resumo das principais práticas contábeis:

#### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.6. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. (Nota 6)

#### 2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

#### 2.8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

## 2.9. Intangível

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões, que incluem, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o período findo em 31 de março de 2012, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data.

## 2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de março de 2012, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

## 2.11. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 15).

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

## 2.12. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras, quando aplicável.

## 2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados.

#### 2.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

#### 2.15. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

#### 2.16. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente será transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada Manati.

#### 2.17. Acordos de pagamentos baseados em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22 iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

## 2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

## 2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

### 2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

### 2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui caixa restrito classificado nesta categoria.

### 2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia possui contas a receber e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

### 2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

## 2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

### 2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 2.20.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

## 2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que o Grupo opera.

## 2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, interpretações e as alterações de normas existentes emitidas pelo CPC e IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 não tiveram qualquer impacto nas informações financeiras trimestrais da Companhia. As normas a seguir relacionadas foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 ou em períodos subsequentes.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 7	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2015
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	1º de julho de 2012
IAS 19	Benefícios a empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

## 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### 4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários	112	51	881	758
CDB's e debêntures	1.717	2.654	136.231	106.553
Fundo de investimento exclusivo	-	-	<u>678.247</u>	<u>914.640</u>
Total	<u>1.829</u>	<u>2.705</u>	<u>815.359</u>	<u>1.021.951</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures), e investimento em fundo exclusivo (item “c” abaixo), possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

##### b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundo de investimento exclusivo	<u>100.251</u>	<u>130.479</u>
Total	<u>100.251</u>	<u>130.479</u>

Em 31 de março de 2012, a rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 102,55% do CDI no acumulado do período.

##### c) Composição dos fundos de investimentos exclusivos

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexadas à variação da taxa do CDI. Até 31 de março de 2012, todas as aplicações dos fundos exclusivos possuíam liquidez diária, independente dos vencimentos dos papéis que lastreiam os fundos.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos em 31 de março de 2012 são compostas pelos títulos e saldos demonstrados no quadro abaixo:

<u>Produto</u>	<u>Valor</u>
Compromissada (LFT e debêntures)	104.225
CDB/ CDI(pós-fixado)	<u>574.022</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>678.247</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	71.647
Letras Financeiras (HSBC e Bradesco)	<u>28.604</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>100.251</u>

## 5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (até 25 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

## 6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Estoque de materiais (*)	5.362	5.362

(\*) Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória do BM-J-2, que foi interrompida temporariamente conforme citado na Nota 1.

## 7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Passivo - circulante</u>				
Contas a pagar - Construtora QG S.A. (a)	-	-	41	58
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	354	325
Contas a pagar - BS-3 S.A.	-	-	117	117
Contas a pagar - QGEP (c)	<u>10</u>	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>10</u>	<u>113</u>	<u>512</u>	<u>500</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/12</u> <u>a 31/03/12</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 31/03/11</u>
<u>Resultado</u>		
Despesas gerais e administrativas (b)	111	837
Despesas financeiras (a)	142	302

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES.

- (b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.
- (c) Refere-se a reembolso de despesas incorridas com consultores externos e outros.

#### 7.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Benefícios de curto prazo	427	412	1.130	1.563
Plano de opção de ações	-	-	868	-

Além da remuneração citada acima, durante o ano de 2011, foi pago o montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

#### 7.2. Garantias entre partes relacionadas

Os empréstimos bancários das instituições financeiras BNB e BNDES possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos, conforme descritos na Nota 13.

### 8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Fundo da provisão de abandono (a)	13.723	11.379
Aplicação financeira - amortização acelerada dos empréstimos BNB e BNDES (b)	1.817	2.142
Aplicação financeira - conta reserva (c)	47.447	47.447
Total caixa restrito	62.987	60.968

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide nota 15) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 1,38% no período findo em 31 de março de 2012.

- (b) Conta para qual são transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Quando o saldo desta conta alcançar um montante igual ao valor de uma prestação de amortização do principal, BNB e BNDES poderão efetuar pagamentos adicionais, de modo a reduzir o número total de prestações. Estes recursos são aplicados em Letras Financeiras de Tesouro (“LFT”), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), com rentabilidade de 99% do CDI, cujo prazo de vencimento é de até 45 meses a partir de 31 de março de 2012.
- (c) Outros ativos financeiros da Companhia composto por saldos de aplicações financeiras que fazem parte do pacote de garantias cedidas ao BNB e BNDES em decorrência do financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos são aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), integralmente aplicadas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendem uma taxa média de 99% do CDI, cujo prazo dessas aplicações é de 17 dias a partir de 31 de março de 2012. Esta aplicação será renovada até o término do financiamento.

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### 9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Antecipação IR e CS	-	978
IRRF sobre aplicação financeira (a)	18.209	19.514
ICMS sobre imobilizado (b)	373	373
Outros	<u>450</u>	<u>-</u>
Total	<u>19.032</u>	<u>20.865</u>
Circulante	<u>18.865</u>	<u>20.698</u>
Não circulante	<u>167</u>	<u>167</u>

- (a) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção deste imposto é calculada, tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).
- (b) Créditos registrados na Manati referentes às aquisições destinadas ao ativo imobilizado.

9.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
ICMS (a)	-	-	4.815	5.006
Imposto de renda e contribuição social	-	-	10.811	6.301
IRRF	28	28	260	343
PIS/COFINS (a)	-	-	10.838	9.395
Royalties (b)	-	-	2.600	2.453
Participação especial (c)	-	-	1.430	865
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	467	-
Outros	-	-	64	75
Total circulante	<u>28</u>	<u>28</u>	<u>31.285</u>	<u>24.438</u>

(a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.

(b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.

(c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 20.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Lucro antes da tributação	69.246	13.365
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.544)	(4.544)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	23.858	4.674
Benefícios fiscais não registrados	(314)	(130)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/12 a 31/03/12</u>	<u>01/01/11 a 31/03/11</u>
Lucro antes da tributação	83.208	23.005
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(28.291)	(7.822)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	9.902	7.763
Benefícios fiscais não registrados (b)	(845)	(7.285)
Despesas indedutíveis (Receitas não tributáveis)	5.272	(2.296)
Imposto de renda e contribuição social	(13.962)	(9.640)
Alíquota efetiva	16,78%	41,90%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	86	774
Imposto de renda/contribuição social correntes	(14.048)	(10.414)

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.16).

(b) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da controlada QGEP e da controladora QGEPP.

#### 9.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são oriundos de despesas/provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Manati, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	<u>Consolidado</u>
<u>ATIVO</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.800
Diferença temporária	
Amortização dos ativos referentes a provisão de abandono	363
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	190
Saldo em 31 de março de 2012	<u>6.353</u>
	<u>Consolidado</u>
<u>PASSIVO</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-
Variação cambial da provisão de abandono	<u>467</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>467</u>

A Companhia estima a realização do ativo fiscal diferido, com base na realização das diferenças temporárias, a partir de 2027.

## 10. INVESTIMENTOS

### 10.1. Composição

A seguir, são apresentadas as informações das controladas da Companhia no encerramento do período:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

### 10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta, são:

	<u>Controlada direta QGEP</u>	<u>Controlada indireta Manati</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	253.481
Patrimônio líquido	2.242.143	567.254
Resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2012	70.169	51.414

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas informações financeiras trimestrais individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	2.170.498
Plano de opção de ações	1.476
Resultado de equivalência patrimonial (a)	<u>70.169</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>2.242.143</u>

(a) Resultado apurado pela investida no período de três meses findo em 31 de março de 2012.

### 10.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati, localizado na bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado bloco, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado		31/12/2011	
		31/03/2012			
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	661	(70)	591	593
Veículos	20%	698	(87)	611	532
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.344	(256)	1.088	1.141
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	<u>1.041</u>	<u>(129)</u>	<u>912</u>	<u>880</u>
Subtotal		<u>3.744</u>	<u>(542)</u>	<u>3.202</u>	<u>3.146</u>
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	370.238	-	370.238	327.917
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(10.779)	6.065	6.353
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)		3.144	-	3.144	1.362
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>803.659</u>	<u>(288.319)</u>	<u>515.340</u>	<u>530.647</u>
Subtotal		<u>1.193.885</u>	<u>(299.098)</u>	<u>894.787</u>	<u>866.279</u>
Total		<u>1.197.629</u>	<u>(299.640)</u>	<u>897.989</u>	<u>869.425</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.

- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

<u>Custo</u>	Consolidado					<u>Total</u>
	<u>Gastos com imobilizados corporativos</u>	<u>Gastos com exploração de recursos naturais - em andamento</u> (a)	<u>Gastos com exploração de recursos naturais</u>	<u>Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento</u>	<u>Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás</u>	
Saldo em 31/12/2011	3.533	327.917	16.844	1.362	802.178	1.151.834
(+) Adições do período	216	42.321	-	1.782	1.481	45.800
(-) Baixas do período	(5)	-	-	-	-	(5)
Saldo em 31/03/2012	<u>3.744</u>	<u>370.238</u>	<u>16.844</u>	<u>3.144</u>	<u>803.659</u>	<u>1.197.629</u>

(a) Principais adições referentes ao BM-S-12 no montante de R\$24.215, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais.

<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Depreciação imobilizado corporativo</u>	<u>Amortização gastos com exploração</u>	<u>Amortização gastos com desenvolvimento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2011	(387)	(10.491)	(271.531)	(282.409)
(+) Adições do período	(155)	(288)	(16.788)	(17.231)
Saldo em 31/03/2012	<u>(542)</u>	<u>(10.779)</u>	<u>(288.319)</u>	<u>(299.640)</u>

## 12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	4.364
Software	<u>1.846</u>	<u>(161)</u>	<u>1.685</u>	<u>1.442</u>
Total	<u>535.609</u>	<u>(161)</u>	<u>535.448</u>	<u>535.205</u>

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$27.687 (US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% no montante de R\$247.732 (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$24.932 (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% no montante de R\$243.130 (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012.

- (ii) Em 31 de março de 2012, os bônus de assinatura, no montante de R\$4.364, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 20.

<u>Custo e Amortização</u>	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo líquido em 31/12/2011	529.399	4.364	1.442	535.205
(+) Adições (custo)	-	-	319	319
(-) Adições (amortização)	-	-	(76)	(76)
Saldo em 31/03/2012	<u>529.399</u>	<u>4.364</u>	<u>1.685</u>	<u>535.448</u>

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia.

<u>Moeda nacional</u>			Consolidado			
	31/03/2012	31/12/2011	Encargos	Garantia	Forma de pagamento	Vencimento
BNDES	37.168	52.474	TJLP +3.5% a.a.	Fiança (b) penhor ações Manati	mensal	Ago/13
BNB	<u>36.184</u>	<u>51.083</u>	10% a.a. (a)	Fiança (b) penhor ações Manati	mensal	Ago/13
Total em moeda nacional	<u>73.352</u>	<u>103.557</u>				
Circulante	51.867	51.992				
Não circulante	<u>21.485</u>	<u>51.565</u>				
Total consolidado	<u>73.352</u>	<u>103.557</u>				

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 TJLP –Taxa de Juros de Longo Prazo  
 BNB - Banco do Nordeste

<u>Descrição</u>	<u>Mar-12</u>
TJLP anual	6,00%

- (a) Sobre os encargos incidentes no financiamento em questão, são aplicados mensalmente Bônus de Adimplência de 15% sobre a taxa efetiva conforme definido contratualmente, desde que as prestações sejam pagas até as datas de vencimento previstas em contrato.
- (b) Os contratos de financiamento celebrados entre a Manati S.A e os bancos BNB e BNDES prevê como garantias (i) fiança prestada pela QGSA, até a assinatura dos contratos acessórios, com cobrança de encargos financeiros (ii) penhor em primeiro grau dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes dos contratos de venda de gás natural e condensado e dos hidrocarbonetos de propriedade da Manati e (iii) penhor de ações.

Movimentação dos empréstimos:

Saldo 31/12/2011	103.557
(-) Amortização do principal (a)	(30.079)
(+) Adições de juros	2.104
(-) Amortização de juros (a)	(2.067)
(-) Bônus adimplência	<u>(163)</u>
Saldo 31/03/2012	<u>73.352</u>

(a) Referente a liquidações dos empréstimos juntos as instituições financeiras, conforme composição abaixo:

<u>Banco</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>
BNDES	15.243	1.107
BNB	<u>14.836</u>	<u>960</u>
	<u>30.079</u>	<u>2.067</u>

Vencimentos até:

31/03/2013	51.867
2013	21.485

Os contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que referem-se basicamente à manutenção de certos índices de liquidez, sendo estes índice de liquidez corrente, índice de endividamento e cobertura do serviço da dívida. As cláusulas restritivas são requeridas de serem calculadas apenas anualmente e não em períodos interinos.

Os *covenants* não financeiros relacionados aos contratos de empréstimo da controlada Manati junto ao BNB e ao BNDES correspondem basicamente à distribuição de dividendos acima de 25%, os quais devem ser autorizados pelos bancos financiadores da Manati. Historicamente todas as solicitações efetuadas foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela Manati para a QGEP.

#### 14. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais e se referem:

- Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde - descumprimento de condicionantes, a qual deu origem a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada pelo Auto de Infração lavrado em 22/11/2006, pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA). O valor da execução é de R\$364 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

## 15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para abandono referente as operações na controlada Manati foram definidas no exercício de 2011 pelo operador do bloco (Petrobras) conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 11 de novembro de 2011.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado do período.

Movimentação da Provisão para Abandono

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31/12/2011	107.047
Varição cambial do período	<u>(3.065)</u>
Saldos em 31/03/2012	<u>103.982</u>

## 16. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Receita bruta	<u>124.232</u>	<u>91.593</u>
PIS	(1.997)	(1.482)
COFINS	(9.198)	(6.825)
ICMS	(13.851)	(10.396)
Descontos - reduções contratuais	<u>(3.199)</u>	<u>(1.789)</u>
Total de deduções	<u>(28.245)</u>	<u>(20.492)</u>
Receita líquida	<u>95.987</u>	<u>71.101</u>

## 17. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

### 17.1. Custos

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Custos de extração	(11.049)	(7.138)
<i>Royalties</i> e participação especial	(8.951)	(5.940)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.242)	(917)
Amortização e depreciação	<u>(17.075)</u>	<u>(12.896)</u>
Total	<u>(38.317)</u>	<u>(26.891)</u>

### 17.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Pessoal	(441)	(356)
Serviços contratados de terceiros	(51)	(85)
Seguros	(204)	-
Impostos e taxas	(3)	(50)
Anúncios e publicações	(198)	(10)
Outras despesas	<u>(36)</u>	<u>(9)</u>
Total	<u>(933)</u>	<u>(510)</u>

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Pessoal (a)	(9.364)	(26.447)
Serviços contratados de terceiros	(1.028)	(878)
Seguros	(228)	-
Impostos e taxas	(306)	(231)
Anúncios e publicações	(263)	(161)
Serviços compartilhados	(341)	(837)
Depreciação	(233)	(66)
Outras despesas diversas	(1.044)	(891)
Alocação projetos E&P	<u>2.130</u>	<u>-</u>
Total	<u>(10.677)</u>	<u>(29.511)</u>

- (a) O saldo em 31 de março de 2011 inclui o montante de R\$23.070 referente ao pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada QGEP) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A. A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

## 18. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do saldo de R\$3.037 em 31 de março de 2012, R\$429 refere-se basicamente a sísmica referente as novas aquisições e do saldo de R\$14.907 em 31 de março de 2011, R\$11.690 referem-se a baixa dos gastos exploratórios do poço 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras.

## 19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Juros de aplicações financeiras	63	129
Despesas financeiras	(53)	-
Total	<u>10</u>	<u>129</u>

	Consolidado	
	01/01/12 a 31/03/12	01/01/11 a 31/03/11
Juros de aplicações financeiras	27.340	26.028
Juros de empréstimos e financiamentos (*) e despesas financeiras	(2.435)	(5.763)
Variações cambiais, líquidas		
Empréstimos	-	531
Derivativos	(11.490)	-
Provisão para abandono	3.065	2.140
Contas a pagar - Atlanta e Oliva (BS-4)	<u>22.773</u>	<u>-</u>
Total	<u>39.252</u>	<u>22.936</u>

(\*) Líquido de R\$162 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

## 20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

### a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	Petrobras (operador)	35
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
			Panoro Energy	35
			Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu	Manati Camarão Norte	Petrobras (operador)	35
			Manati	45
			Panoro Energy	10
			Brasoil	10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	Petrobras	40
			Barra Energia	30
		Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30	
Exploração	Camamu	BM-CAL-5 Copaiba e Jequitiba	Petrobras (operador)	72,5
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	27,5
	Camamu	CAL-M-312 CAL-M-372	Petrobras (operador)	60
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
			El Paso	20
	Santos	BM-S-12	Petrobras (operador)	70
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
Santos	BM-S-8	Petrobras (operador)	66	
		Petrogal	14	
		Barra Energia	10	
		Queiroz Galvão Exploração e Produção	10	
Jequitinhonha	BM-J-2	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operadora na quase totalidade dos blocos da Companhia. Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantido os direitos de explorar, desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural da Companhia:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km <sup>2</sup>	Royalties	Taxa de retenção de área por km <sup>2</sup> (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	14	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	-	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	7,2	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>21,2</u>		<u>4.364</u>					

Em 31 de março de 2012, a QGEP têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo (“PEM”), que compreende a perfuração de 2 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de área. Em 31 de março de 2012, o montante da provisão de abandono é de R\$103.982 (Nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- **Royalties** - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período findo em 31 de março de 2012 foram provisionados R\$7.521 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$2.600 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- **Participação especial**- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período findo em 31 de março de 2012 foram provisionados R\$1.430 de participação especial que permanecem no passivo a pagar.

- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$27 registrados na demonstração do resultado como custos.

b) Informações sobre as reservas (não revisadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva <u>total campo</u> MMm <sup>3</sup> (não revisado)
Reserva provada estimada em 31/03/2012 (*)	<u>13.838</u>

(\*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2010 e deduzida das produções mensais até o referido período.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/03/2012			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (iii)	-	-	62.987	62.987
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1.829	1.829	137.112	137.112
Contas a receber (ii)	-	-	76.838	76.838
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (i)	-	-	678.247	678.247
Aplicações financeiras (i)	-	-	100.251	100.251
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	-	73.352	71.548
Fornecedores (ii)	852	852	46.821	46.821
Partes relacionadas	10	10	512	512

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis para ativo e passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber, e fornecedores também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (iii) Saldo conforme custo amortizado, conforme Nota 2.19.2

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora		
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>	
Fornecedores	852	852	
Partes relacionadas	<u>10</u>	<u>10</u>	
Total	<u>862</u>	<u>862</u>	

  

	Consolidado		
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	46.821	-	46.821
Partes relacionadas	512	-	512
Empréstimos e financiamentos	<u>51.867</u>	<u>21.485</u>	<u>73.352</u>
Total	<u>99.200</u>	<u>21.485</u>	<u>120.685</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras. A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas a taxa de juros CDI pós-fixada. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo).

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31.03.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de Março de 2012			9,52%	9,52%	9,52%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	778.498	Baixa do CDI	778.498	778.498	778.498
Taxa anual estimada do CDI para 31 de março de 2013			9,69%	7,27%	4,85%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - cenário de sensibilidade		Baixa do CDI	779.821	759.658	740.819
Efeito no período nas aplicações financeiras: Redução			-	(18.840)	(37.679)

- (a) Cenário provável do referido ativo para o período de um ano a partir da data de 31 de março de 2012.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.03.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>Provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u> <u>deterioração</u> <u>de 25%</u>	<u>Cenário II -</u> <u>deterioração</u> <u>de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de março de 2012			9,52%	9,52%	9,52%
Caixa restrito:	62.987	Baixa do CDI	62.987	62.987	62.987
Taxa anual estimada do CDI para 31 de Março de 2013			9,69%	7,27%	4,85%
Caixa restrito:	62.987	Baixa do CDI	62.987	61.464	59.939
Efeito no período no caixa restrito: Redução				(1.524)	(3.049)

- (a) Cenário provável do referido ativo para o período de um ano a partir da data de 31 de março de 2012.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.03.2012</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>Provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u> <u>deterioração</u> <u>de 25%</u>	<u>Cenário II -</u> <u>deterioração</u> <u>de 50%</u>
Taxa efetiva em 31 de março de 2012			6,00%	6,00%	6,00%
Empréstimos:	73.352	Alta da TJLP	73.352	73.352	73.352
Taxa anual estimada da TJLP para 31 de Março de 2013			6,00%	7,50%	9,00%
Empréstimos:		Alta da TJLP	73.352	74.452	75.553
Efeito no período nos empréstimos: Aumento			-	1.100	2.201

- (a) Cenário provável do referido passivo para o período de um ano a partir da data de 31 de março de 2012.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a provisão para abandono, valorizados em moeda estrangeira.

Com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar na aquisição de dados sísmicos, Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos, conforme detalhado abaixo.

O instrumento contratado para aquisição foi uma opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$661.158. Foi pago um prêmio de R\$19 pela compra da Opção, cujos termos e disposições aplicáveis são o seguintes:

Data da Negociação:	30 de março de 2012
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A
Estilo de Opção de Moeda:	Europeia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD220.386 USD220.386 USD220.386
Preço de Exercício:	1.96 BRL/USD 1.95 BRL/USD 1.94 BRL/USD
Data de Vencimento:	27 de julho de 2012 29 de junho de 2012 29 de maio de 2012
Data de Exercício:	27 de julho de 2012 29 de junho de 2012 29 de maio de 2012
Data de Liquidação:	30 de julho de 2012 2 de julho de 2012 30 de maio de 2012
Prêmio:	BRL 8.070 BRL 6.485 BRL 4.424
Data do Pagamento de Prêmio:	30 de março de 2012

<u>Operação de termo de moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	31/03/2012	
			<u>Valor nominal</u> <u>R\$</u>	<u>Valor justo</u> <u>R\$</u>
<i>Call Option</i>	19/março/12	USD	1.289	19(a)

(a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante).

#### Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade no caso de uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre os instrumentos financeiros passivos da Companhia.

	Consolidado				
	31/03/2012				
	Cenário provável		Risco	Cenário	
em USD	em R\$	possível (25%)		remoto (50%)	
Dólar		1,8221		2,2776	2,7331
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono	<u>57.067</u>	<u>103.982</u>	Alta do US\$	<u>129.977</u>	<u>155.973</u>
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real	N/A	N/A		(25.995)	(51.991)

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### i. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2012 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de março de 2012 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>	<u>Capital</u>
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	62,9	1.307.135
FIP Quantum	18.606.588	7,0	145.468
Capital Group	13.776.200	5,2	107.645
Administradores	7	0,1	2.078
Ações em circulação	<u>65.964.819</u>	<u>24,8</u>	<u>515.790</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>	<u>2.078.116</u>

### ii. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>Período de 01/01/12 a 31/03/12</u>	<u>Período de 01/01/11 a 31/03/11</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	69.246	13.365
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>265.807</u>	<u>57.335</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,26</u>	<u>0,23</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de março de 2012 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com os Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2012 e de 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2012 e de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$5,31 para o Plano de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	<u>Planos de opções de compra de ações - 2012</u>	<u>Planos de opções de compra de ações - 2011</u>
Data da reunião do Conselho de Administração	26/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.199.826	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de março de 2012 está apresentada a seguir:

	2012		2011	
	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	2.199.826	14,17	1.097.439	19,00
Concedidas no período	-	-	-	-
Opções em circulação em 31 de março de 2012	<u>2.199.826</u>	<u>14,17</u>	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Quantidade de opções exercíveis em 31 de março de 2012	-	-	-	-

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de março de 2012 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação				Opções exercíveis	
	Intervalo de preços de exercício	Opções em circulação em mar/2012	Maturidade remanescente média em anos	Preço de exercício médio	Opções exercíveis em mar/2012	Preço de exercício médio
Plano 2012	14,17	2.199.826	7	14,17	-	-
Plano 2011	19,00	1.097.439	7	19,00	-	-

Para o período findo em 31 de março de 2012, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$1.476 (R\$1.399 do plano de 2011 e R\$77 do plano de 2012), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

### 23. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Mar/12</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2013	3.106.722
Responsabilidade civil de diretores e administradores	16/01/2013	100.000
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2013	<u>280.800</u>
Total		<u><u>3.487.522</u></u>

#### 24. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$75, reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

#### 25. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2012.

#### 26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/03/2012</u>
Adições ao imobilizado	28.781
Plano de opção de ações	1.476

#### 27. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 30 de abril de 2012, o consórcio protocolou uma carta junto a ANP solicitando a prorrogação da data para transformar o compromisso contingente em firme no PAD do prospecto de Jequitibá do poço 1-BRSA-734- até a conclusão das perfurações dos poços de Copaíba e do BM-CAL-12. Em 31 de março de 2012 o montante do ativo referente ao poço de Jequitibá é de R\$36.250.

---

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
QGEP Participações S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## **Outros assuntos**

### *Informações intermediárias do valor adicionado*

Revisamos, também, as informações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2012

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
André Ricardo A. Paulon  
Contador  
CRC 1SP 222.749/O-5 "S" RJ